

# As gerações, o rio e o oceano

## Axel Gosseries<sup>1</sup>

Chaire Hoover d'Éthique Économique et Sociale  
Université Catholique de Louvain

---

«[...] desenhamos mal porque representamos o que sabemos  
em vez de representarmos o que vemos»

(R. Hainard, 1990)<sup>2</sup>

---

1 Axel Gosseries é Maître de recherches do FNRS, *Professeur Extraordinaire* na Universidade de Lovaina (UCL), *Franz Weyr Fellow* da Academia Checa de Ciências e *Distinguished Visiting Professor* no Instituto para Estudos Futuros (IFFS, Estocolmo). Axel Gosseries agradece a inúmeros colegas pelas suas sugestões em versões anteriores, assim como às pessoas que assistiram às apresentações das suas ideias principais (Yerevan, Madrid and Besançon in 2014; Braga in 2013; Montpellier, Barcelone, Geneva and Bucharest in 2012). Esta é a versão portuguesa – com uma reduzida bibliografia – de «Les générations, le fleuve et l'océan», *Philosophiques*, 42(1): 153-176. Muito obrigado a Maria Amélia Oliveira pela bela tradução.

2 Crispini (1996: 94) (cit. in).

## Introdução

1. Todo aquele que se debruça em Filosofia sobre questões de justiça intergeracional, que se interroga sobre o que devemos às gerações futuras deve, para aferir da robustez de uma proposta de princípio, procurar perspectivas alternativas e confrontá-la com as mesmas. Trata-se não apenas de identificar – mesmo que axiomáticamente – teorias normativas alternativas, mas também de propor – de modo parcialmente independente – uma descodificação anatómica alternativa da natureza do problema. Um método possível consiste em refletir sobre uma analogia entre a esfera intergeracional e o domínio internacional. A comparação, frequentemente evocada, raramente é aprofundada<sup>3</sup>.

É esta comparação e as suas implicações que pretendemos explorar. Por outro lado, a Filosofia pode tirar partido da análise sobre a dimensão internacional levada a cabo por outras disciplinas como o Direito Internacional ou a Economia Geográfica, que por sua vez desenvolveram conceitos centrados no espaço geográfico. Existem ferramentas ou propostas que podem ser testadas por analogia no plano intergeracional, eventualmente salientando características próprias à dimensão temporal. Não examinaremos diretamente como é que o Direito dos Rios, o Direito do Mar ou o Direito dos Conflitos, a título de exemplo, nos ajudam a entender, fazendo a transposição do espaço para o tempo, a estrutura das questões intergeracionais. Do mesmo modo, não analisaremos a forma como a Economia Geográfica avalia a dimensão dos custos de transporte e de armazenagem ou os efeitos económicos de uma geografia de enclave. Situando-nos a montante, propomos de certa forma os prolegómenos de um tal trabalho. Comparamos *gerações* e *nações* sob um ângulo muito particular, que é o da sua respetiva relação com o *território* e o *período*.

2. Para fins do presente exercício, definamos cada uma destas noções:

*Geração*: Conjunto de pessoas nascidas durante o mesmo período.

*Nação*: Conjunto de pessoas nascidas no mesmo território.

Se a definição de «geração» corresponde ao que os demógrafos intitulam «grupo de nascimento», a definição de «nação» – que visa aproximá-la ao máximo da de «geração» – está bastante afastada do sentido mais rico, que é o preferido das ciências sociais. O forte elo entre nação e território de nascimento na presente definição – que remete para a conotação do inglês «*native*» – é

---

3 Em matéria de exceções, vide o trabalho precursor de Barry (1979).

obviamente discutível. Tem apenas como função centrar-nos no essencial à comparação entre as dimensões de «território» (nações) e de «período» (gerações). A nacionalidade, como a «geracionalidade», é assim determinada para sempre no instante do nascimento. Esta definição de «nação» não permite que diferentes nações partilhem o mesmo território de nascimento, nem que a mesma nação partilhe diferentes territórios de nascimento, nem ainda que um indivíduo altere a sua nacionalidade. Tal é, no entanto, compatível com o facto de todos os territórios serem multinacionais no caso de migrações de vulto. Esta abordagem só seria totalmente errada se a ideia de nação, tal como consta no termo «internacional», não tivesse *qualquer* relação com a ideia de território, o que não é verdade. Em todo o caso, não se coloca em causa a nossa posição relativamente à questão do Estado-nação e muito menos relativamente a um alegado «direito de solo».

3. Enveredemos por uma via que aborda dois tipos de espaços internacionais: os rios e os oceanos. Inicialmente perguntar-nos-emos se as gerações não estarão numa situação análoga à das nações insulares sem meios para navegação em mar alto, como as caravelas (secção 1). Em seguida, se as gerações não se encontrarão numa situação comparável à dos Estados-enclave, sem acesso direto ao mar? (secção 2). Por fim, se podemos comparar a passagem do tempo à passagem da água pelo leito de um rio? Será que as gerações não deveriam manter entre si relações semelhantes às dos países a montante e a jusante de um mesmo curso de água? (secção 3).

Para cada uma destas três comparações tentaremos identificar as implicações normativas das especificidades intergeracionais que assim se destacarem. Porque não basta afastar o olhar ou proceder a um trabalho «anatômico» alimentado pela analogia. Este trabalho interessa-nos na medida em que nos pode permitir identificar no plano normativo implicações que de outra forma ficariam invisíveis. Indicaremos assim três características que são *gerais* nas relações intergeracionais (imobilidades das pessoas, situação de enclave e direção do tempo), mas limitadas a contextos *específicos* nas relações internacionais. Mais ainda, mesmo se estas características são gerais no domínio intergeracional, nenhuma delas necessariamente afeta o *conjunto* dos bens que compõem o cabaz que uma geração transmite à outra.

4. Há outra característica importante que não abordaremos, a do ato de gerar, a da génese. O termo «geração» na linguagem comum remete mais para o fruto do ato de dar à luz do que para o próprio ato de gerar. No entanto, este último é com toda a certeza um aspeto distintivo das relações intergeracionais: os que

ocupam um determinado período são direta e causalmente responsáveis, pela via da natalidade, pela existência dos ocupantes do período seguinte. Tal não é o caso dos habitantes de um território em relação aos habitantes de outro território. A título de exemplo, Portugal não está em posição de decidir por si só a existência e a dimensão da próxima geração de espanhóis, mesmo se a pode influenciar, p. ex., através das suas políticas migratórias. A própria existência da futura geração é o fruto da nossa vontade de procriar. E se esta dimensão singular tem um elo com a seta do tempo – não somos responsáveis pela existência dos nossos antepassados – ela também se distingue da mesma.

Uma questão apaixonante é então saber se o facto de causarmos a existência da próxima geração altera a natureza e/ou a intensidade das nossas obrigações para com esta. Poderíamos pensar que reforça a intensidade. Talvez seja o caso se partilharmos a intuição, segundo a qual todos os problemas que a geração seguinte tem de enfrentar seriam de certo modo «causados» por nós, pelo facto de termos causado a própria existência destas pessoas. Talvez seja também o caso para uma teoria distributiva que deseje aplicar à geração procriadora os custos associados ao facto de ter colocado no mundo uma nova geração muito maior ou muito menor que a nossa.

No entanto, as características do ato de gerar também são suscetíveis – ainda que inesperadamente – de enfraquecer as nossas obrigações para com o futuro, em vez de as reforçar. Seria o caso em que estivessem associadas consequências problemáticas para o futuro ao ato da procriação e se as mesmas constituíssem a condição necessária para a existência de indivíduos específicos. Com efeito, podemos avançar a hipótese que, em determinados casos, as políticas ambientais (ou a sua omissão) também têm um impacto sobre... o momento dos nossos atos de procriação e logo também sobre... a identidade das pessoas assim concebidas. Esta constatação, que pode parecer forçada, está relacionada com aquilo que os filósofos qualificam como o problema da «não identidade»<sup>4</sup>. Infelizmente, não nos é possível abordar aqui esta questão. Existe bastante literatura sobre a matéria, frequentemente repetitiva. Em todo o caso, eis uma possível razão adicional porque a dimensão da geração, enquanto ato de gerar, poderia conter implicações normativas diferentes da migração ou da invasão no espaço das nações.

---

4 Parfit (1984).

## 1. Mobilidade temporal reduzida e inacessibilidade de recursos extraperiódicos

5. Iniciemos o nosso périplo e retomemos para tal a nossa definição de nações e gerações. Um elemento essencial está relacionado com a *mobilidade* das pessoas. De acordo com as duas definições que apresentámos, ninguém pode mudar de geração (ou de «geracionalidade») nem de nacionalidade. Cada um de nós tem um vínculo perene ao seu território de *nascimento* e ao seu período de *nascimento*. Claro que mesmo com a nossa definição estreita de «nação» ainda é possível abandonar o seu território de nascimento, mesmo que tal não implique uma mudança de nacionalidade. Se uma geração também não está obrigada a ficar no seu período de nascimento, mesmo assim a sua existência está limitada ao período mais vasto que vai do seu nascimento à sua morte. Além deste período não há mobilidade possível. Não podemos percorrer períodos anteriores ao nosso nascimento ou posteriores à nossa morte. E mesmo dentro do período em que existimos, o itinerário da nossa viagem temporal deve obrigatoriamente atravessar as sucessivas décadas na sua ordem cronológica e por uma determinada duração. Se é então incorreto afirmar que não é possível viajar de um subperíodo a outro, a direção, a ordem, o ritmo da viagem e mesmo o facto de se viajar são elementos impostos. Não há portanto livre mobilidade no tempo, e a existir mobilidade está reduzida às fronteiras da nossa existência.

Tal distingue-se do âmbito das nações e territórios, pois apesar de eu não poder mudar de nação tal como acima está definido, posso sempre decidir se emigro ou não e, até certo ponto, posso decidir para que território pretendo emigrar, com que frequência, etc. Evidentemente que os limites do meu nascimento e da minha morte colocam igualmente um limite às distâncias geográficas que estarei fisicamente apto a cobrir. Mas não deixa de ser verdade que, à escala do planeta e de uma vida, há uma diferença entre a mobilidade espacial e a temporal. No fundo, podemos considerar que uma geração é imóvel *latu sensu*, na medida em que a sua existência se limitará a um determinado número de subperíodos que correspondem à sua esperança de vida.

6. Depois de proposta a análise, o que nos interessa é extrair as consequências normativas possíveis da constatação da reduzida mobilidade temporal das pessoas. Uma das teorias, para as quais esta análise pode ter uma certa importância, é o liberalismo de esquerda<sup>5</sup>, o que será demonstrado pelo raciocínio

---

5 Vide, p. ex., Vallentyne & Steiner (2000).

que se segue. Partamos de Thomas Paine e do exemplo de uma rede de parcelas agrícolas<sup>6</sup>. Para Paine, os habitantes do Planeta são à partida todos eles em conjunto coproprietários destes terrenos no seu estado natural. Ao invés, não é este o caso das melhorias que resultam do esforço de cultivo de cada um de nós. Se é então importante separar os dois aspetos em termos de justiça, Paine considera-os inseparáveis na prática. Daí propor um mecanismo, segundo o qual, ainda que aceitando a ideia de propriedade individual e exclusiva dos terrenos cultivados e as desigualdades que gera, cada proprietário deve à sociedade uma soma que corresponde à *renda fundiária*. Este valor destina-se a cobrir as perdas de terceiros, pelo facto de ficarem desprovidos do valor das parcelas no seu estado inculto. Concretamente, Paine propôs na altura (1796) a constituição de um fundo alimentado por estes pagamentos, através do qual se pagaria a todos os indivíduos que completassem 21 anos um montante de 15 libras «as a compensation in part, for the loss of his or her natural inheritance, by the introduction of the system landed property»<sup>7</sup>.

A explicação reside na ideia de *indenização pela perda* de acesso ao valor natural das parcelas, devido à exclusão suscitada pela apropriação privada. No caso de um conjunto de parcelas agrícolas, há uma série de agricultores potenciais que disputam entre si as várias parcelas. A propriedade privada implica a exclusão de terceiros e é essa exclusão que priva os outros agricultores potenciais da possibilidade de cultivar as parcelas em questão. Ora, devemos esforçar-nos para que um terceiro não se encontre numa situação pior do que no estado natural, ou seja, do que na minha ausência.

7. No entanto, será que faz sentido afirmar que um terceiro me priva do valor de uma parcela se, de todo o modo, mesmo na sua ausência, eu *não teria tido* acesso à dita parcela, uma vez que era incapaz de o fazer pelos meus próprios meios? Esta questão toca num problema geral dos lockeanos, que podemos ilustrar aqui com determinados tipos de bens no espaço de gerações. Se um bem não é renovável, apesar de ser durável, o seu consumo é *rival* entre gerações – no sentido económico do termo. Neste caso, a imobilidade de cada grupo não se altera: se uma geração consome esse bem, priva a outra geração desse mesmo bem. A durabilidade do bem neutraliza a imobilidade da geração. Devido à sua durabilidade, o bem chega às gerações, mesmo se as gerações forem incapazes de chegarem ao bem. Note-se que um bem não rival no plano intrageracional será igualmente não rival no plano intergeracional, mesmo se a

---

6 Paine (1796).

7 *Ibid.*

sua durabilidade não está necessariamente garantida, como no caso de ideias que necessitariam de um investimento educacional para a sua conservação, sem o qual se correria o risco de se perderem.

Ao invés, para os bens efémeros ou duráveis renováveis, as coisas colocam-se num plano diferente. Se um bem é efémero e terá de qualquer das formas desaparecido na geração seguinte, uma geração não priva outra geração desse bem ao consumi-lo ou ao explorá-lo. As flutuações temporais do clima natural, da atividade vulcânica ou tectónica ou de recursos de biodiversidade tornam determinados períodos mais ricos do que outros (um curto episódio climático favorável; um período de acalmia sísmica, ...). Podemos pois falar de recursos flutuantes ou efémeros. Igualmente, se um bem é naturalmente renovável, desde que o consuma sem ultrapassar o limiar de renovação, cada geração que dele usufrui não vai privar outra geração desse bem. Importa então diferenciar os bens, dependendo de serem duráveis, rivais e não renováveis, ou efémeros ou duráveis renováveis. É igualmente importante entender como a constatação da imobilidade geracional se conjuga com a análise da natureza desses bens.

Antes de abordar esta conjugação, frisemos a ideia, segundo a qual a situação de mobilidade temporal reduzida é, p. ex., semelhante à dos pescadores de duas ilhas do mesmo arquipélago, incapazes de navegar em mar alto e de chegar a outras ilhas, com a sua capacidade de pesca limitada à captura de peixe da costa endémico (equivalente espacial dos recursos efémeros) ou a peixe migratório de mar alto que cruza a sua ilha de tempos em tempos (equivalente espacial dos recursos duráveis renováveis). O problema da rivalidade não se coloca no caso de eles só consumirem peixe endémico da costa ou se consumirem peixe migratório, sem colocar em risco a capacidade de renovação e o nível do *stock*, quando os cardumes finalmente atingirem a ilha seguinte.

8. Como unir a análise da natureza<sup>8</sup> dos bens (do seu «comportamento» no tempo) à da imobilidade geracional? Podemos analisar a mobilidade temporal reduzida como uma limitação nos recursos *internos* das pessoas (e das gerações), afetando o seu acesso aos recursos *externos* «inicialmente» comuns<sup>9</sup>. As desigualdades de recursos internos são pois suscetíveis de afetar de *três* maneiras muito distintas o direito dos indivíduos aos recursos externos, em função da nossa interpretação de uma abordagem lockeana.

---

8 Não trataremos da importante questão do carácter cultural ou natural de um recurso.

9 O que não é evidente. A literatura sobre a deficiência alerta para o facto de que a deficiência deve ser entendida em geral tanto como desadequação do indivíduo ao ambiente como uma desadequação do ambiente ao indivíduo.

De acordo com a primeira opção, que qualificaremos de «antirredistributiva», consideramos que a explicação para justificar as minhas eventuais obrigações relativamente a um terceiro em matéria de recursos externos é que a minha utilização de um recurso *priva* os terceiros da utilização desse mesmo recurso. Neste caso, poderíamos dizer que as pessoas, que têm recursos internos mais escassos e cuja deficiência é tal que reduz a sua capacidade de utilizar recursos *externos*, deveriam receber uma parte *inferior* da receita da taxa sobre a renda fundiária proposta por Paine. Este resultado seria particularmente desigual, «*adding insult to injury*». E é por este motivo que alguns consideram que tal interpretação da cláusula lockeana, mesmo sendo «de esquerda», é absolutamente insuficiente. Segundo esta abordagem, um tetraplégico não receberia compensações em termos de direitos sobre a receita da taxa de Paine. Pior ainda, ser-lhe-ia reduzida a parte da receita a que teria direito se não fosse inválido. No entanto, esta interpretação enquadrar-se-ia na lógica que consiste em compensar as pessoas unicamente daquilo de que são privadas.

Uma segunda opção, que poderíamos qualificar de «neutra», consistiria em afirmar que a razão pela qual um utilizador efetivo deve indemnizar um terceiro se refere ao facto que o utilizador priva o terceiro da utilização de um bem que lhe *pertencia* (em copropriedade), *independentemente* da capacidade deste terceiro utilizar pessoalmente o bem sem a ajuda de outrem.

Quanto à terceira opção, que qualificaremos de «redistributiva», tratar-se-ia, no seguimento do exemplo de Otsuka, respeitando uma forte proteção da propriedade própria (que está associada aos recursos internos), de atribuir de modo desigual o direito aos rendimentos dos recursos *externos*, de modo a *compensar* as desigualdades a nível dos recursos *internos*. Atribuir-se-ia mais direitos sobre os recursos externos a quem é *menos* dotado de recursos internos, e isto sem se entrar por tipos de tributação do trabalho incompatíveis com uma forte proteção da propriedade própria. Nesta situação, um tetraplégico, incapaz de aceder por si só aos recursos externos em causa, receberia uma compensação *superior* à dos outros, no caso de expropriação por um terceiro. Trata-se de ir além de Paine e distribuir a receita da taxa de Paine de forma desigual, concedendo uma fatia *maior* aos que dispõem de menos recursos internos.

9. Podemos então constatar que em função do tipo de interpretação lockeana (antirredistributiva, neutra ou redistributiva), as diferenças de recursos internos, em particular as que afetam a nossa capacidade de aceder a determinados recursos externos, repercutem-se distintamente. Não se trata de escolher entre



as diferentes variantes. Podemos interrogar-nos qual a interpretação que melhor corresponde à lógica central da abordagem lockeana, mas também podemos interrogar-nos sobre qual a interpretação que melhor se enquadra com as nossas intuições, formadas de modo parcialmente independente, relativas às desigualdades. O objeto da presente secção é mais limitado. Trata-se meramente de mostrar que o problema da mobilidade temporal reduzida é suscetível de ter consequências normativas, dependendo do nosso recurso a uma ou outra variante da teoria lockeana.

10. Apontemos uma complicação adicional. Mesmo que possamos analisar a imobilidade geracional como um problema de recursos internos, tal não implica necessariamente que existe um problema de *desigualdade* nos recursos internos. Com efeito, todas as gerações são *igualmente* incapazes de aceder aos recursos efêmeros específicos dos períodos que não atravessarão – mesmo se as esperanças de vida evoluírem. Claro que também podemos afirmar que, em cada período, apenas os grupos em vida são capazes de aceder aos recursos efêmeros específicos ao mesmo período, o que faz com que *permanentemente* haja uma desigualdade na capacidade de acesso, em comparação com as gerações anteriores ou posteriores. Este aspeto pode revelar-se importante. Se interpretarmos a deficiência interna de cada geração como *igual*, então as interpretações neutra e redistributiva da cláusula lockeana não devem conduzir a resultados diferentes, uma vez que os recursos internos das pessoas são os mesmos. Pelo contrário, manter-se-ia a diferença entre a interpretação neutra e a interpretação antidistributiva, porque a segunda não encontraria qualquer razão para compensar as diferenças de recursos externos disponíveis de um período a outro, enquanto a primeira estaria apta a defender tal compensação.

11. Na realidade, abre-se aqui uma nova interpretação da cláusula lockeana intergeracional. Com efeito, se uma teoria lockeana considera que apenas tenho direito aos recursos externos, aos quais poderia ter acesso na ausência da geração precedente (mas não das outras gerações anteriores), então não têm de ser compensadas as diferenças exógenas dos recursos externos entre o período anterior e o período presente – p. ex., evoluções herdadas ou naturais nas condições climáticas. Tal interpretação lockeana deveria então considerar que as flutuações climáticas, sísmicas, ..., fontes de desigualdades por vezes significativas entre as gerações, não devem dar azo a uma compensação, mesmo se forem previsíveis.

Pelo contrário, uma teoria igualitarista, não lockeana, da justiça intergeracional tomará totalmente em consideração este género de flutuações, sobretudo se em certa medida forem previsíveis. Com efeito, para um igualitarista, não importa o facto de que a minha utilização prive terceiros dessa utilização e dá azo a uma indemnização. É antes a arbitrariedade da desigualdade das dotações que justifica a redistribuição: a sorte (ou falta desta com o país de origem), o contexto familiar, com a condição física e características emocionais ou intelectuais à nascença...

Interessante é pois poder conceber uma interpretação *lockeana*, que vá também nesta direção. É o caso, se o meu direito aos recursos se estender aos recursos efémeros de períodos situados além ou aquém da minha própria existência, se é independente da minha acessibilidade a tais recursos/períodos. Podemos então imaginar uma cláusula lockeana intergeracional que, centrando-se sempre nos recursos externos, exigiria que se deixasse à geração seguinte pelo menos a mesma quantidade de recursos externos, por exemplo, que a média entre o nível de recursos (*per capita*) de que beneficiaria a geração atual na ausência da pretendente e que seriam em benefício da geração seguinte na ausência da presente. De novo, o que nos importa aqui é mostrar que a tónica que colocamos sobre a mobilidade temporal reduzida permite detetar tais diferenças, sem que nos pronunciemos aqui sobre a questão de saber qual das cláusulas lockeanas é a mais autêntica, nem sobre a questão de saber se esta é a questão que efetivamente nos devemos colocar.

12. Concluamos este primeiro ponto. A mobilidade temporal reduzida conduz em certas gerações à inacessibilidade de certos bens. Devemos então perguntar-nos quais são as implicações que as teorias da justiça, em geral, e as diferentes interpretações lockeanas, em particular, daqui extraem. Tal é importante para determinar a capacidade de uma teoria intergeracional de apreender a sucessão de períodos favoráveis e desfavoráveis na história. Pensamos ter ilustrado no espaço intergeracional as limitações de uma abordagem lockeana de tipo antidistributivo. Ainda mostramos que a interpretação lockeana «neutra» pode conduzir-nos a uma cláusula lockeana, cujo conteúdo é claramente mais plausível, mesmo se menos autenticamente lockeano. Por outro lado, poderíamos repetir o exercício com uma teoria neo-hobbesiana, perguntando-nos se as nossas obrigações de justiça relativamente a terceiros serão mais ténues na medida em que estes têm uma capacidade mais limitada de nos prejudicar, inclusive fisicamente (não tanto de nos privar simplesmente de recursos externos). Em termos mais gerais, poderíamos perguntar-nos se esta mobilidade temporal reduzida tem consequências noutras teorias da justiça. Para o igualitarismo, a inacessibilidade de bens

situados noutros períodos não parece ter as mesmas consequências, mesmo se fosse necessária provavelmente uma investigação mais alargada.

## 2. Enclaves temporais e transmissão extraperiódica dos recursos

13. Até ao momento, concentrámo-nos no estatuto de determinados bens, na medida em que são inacessíveis devido ao facto de nascermos num determinado tempo e devido à natureza limitada da nossa longevidade. Tal reduz a nossa capacidade de aceder a esses bens e de os *consumir*. Neste momento, gostaríamos de nos colocar noutro ângulo, perguntando-nos quais as implicações que a nossa mobilidade temporal reduzida tem sobre a nossa capacidade de *transmitir* certos bens (gás natural, língua mirandesa, uma tecnologia de ponta...) a gerações, com as quais não interagimos. Se os recursos efémeros não podem ser transmitidos além do seu período de existência, há outros recursos que podem. Se o consumo de bens estritamente extraperiódicos é impossível, o mesmo não acontece com o consumo de bens duráveis. Mas, para que esses bens duráveis cheguem até nós, devem ser-nos transmitidos. É aqui que intervém a transmissão extraperiódica.

Existe um determinado número de países que são enclaves e que, para alcançar outros territórios, são tributários de um acesso ao mar que depende da boa vontade de um país de trânsito. No entanto, esta situação é generalizada no caso das gerações. *Cada geração é tanto* uma geração encravada no seu período, dependente da geração seguinte para transferir o que lhe interessa às gerações futuras, *como* é também uma geração de trânsito, que tem a seu cargo o património transmitido pelas gerações antecedentes. Quais são as implicações na nossa quase-imobilidade geracional para a transmissão desses bens além do nosso período de existência? E qual é a sua importância para uma teoria da justiça?

Na verdade, a questão da transmissão de bens além do nosso período de existência contém duas vertentes. Por um lado, temos a questão da transmissão para o passado, da transmissão retroativa, que abordaremos na terceira parte deste artigo. Por outro lado, temos a questão da transmissão para o futuro, sobre a qual nos debruçaremos aqui. Em breves termos, enquanto a transmissão para o passado é impossível, este não é o caso para a transmissão para o futuro, em todo o caso para inúmeros bens. Interessante é, no entanto, o facto de esta transmissão para o futuro nos propor uma reflexão sobre a natureza das obrigações de cada geração, na medida em que são gerações de trânsito.

14. Na secção antecedente, considerámos a impossibilidade de habitantes de um determinado território insular alcançarem outro território insular, devido à conjugação de obstáculos internos e externos: hostilidade do ambiente marinho, eventual indisponibilidade de recursos naturais para construir embarcações, incapacidade para se deslocarem a nado, ausência de tecnologia naval suficiente. No caso das gerações, a natureza do obstáculo pode ser analisada mais diretamente como o fruto dos limites dos nossos recursos internos. Concentremo-nos por instantes no papel do oceano. No caso dos recursos endémicos, o mar era um obstáculo à chegada a outro território. No entanto, no caso de territórios que constituem um continente, o acesso ao mar pode igualmente permitir ultrapassar um obstáculo constituído por outro território, para se chegar a um terceiro território. No primeiro caso, os residentes em  $T_1$  veem-se confrontados com o oceano no seu desejo de chegar a  $T_2$ . No segundo caso, os residentes de  $T_1$ , desta feita munidos de embarcações, aproveitam-se do seu acesso ao mar alto para chegar a  $T_3$  sem passar por  $T_2$ . Mas tal não é possível se  $T_1$  for um enclave – do latim *inclavatus* que significa «fechado à chave» –, sem acesso ao mar. Do mesmo modo, o nosso encravamento geracional consiste no facto que, para se atingir um período  $P_3$  (ocupado pelas gerações futuras), somos forçados a passar pelo período  $P_2$  (ocupado pelas gerações limítrofes seguintes).

As situações de enclave são de natureza a gerar uma *dependência* entre territórios/períodos encravados e territórios/períodos de trânsito. Mas ao referirmos «dependência», devemos conceber as gerações de trânsito como obstáculos, mas também como aliadas (sem elas, não haveria transmissão possível da maioria dos bens imateriais); como as residentes de períodos que o património transmitido deverá atravessar, mas também como as facilitadoras dessa passagem; como muros, mas também como pontes. Isto suscita pelo menos dois tipos de reflexão. A primeira está associada à natureza da dependência e à importância de se pensar consequentemente na articulação da transmissão de um património com as obrigações passivas, bem como ativas, que se impõem a cada geração. Pensámos, p. ex., nos resultados que pretendemos alcançar em termos de transmissão. No entanto, é fundamental articulá-lo com o esforço que a conservação desse *stock* ou com a compensação do seu nível de deterioração. O segundo tipo de reflexão relaciona-se com as estratégias que visam reduzir a nossa dependência face às gerações de trânsito no âmbito da transmissão, na medida em que estas estratégias de rigidificação (arquitetural, constitucional, ...) sejam necessárias e/ou aceitáveis. Consideremos cada um destes aspetos sucessivamente.

15. Não é o objeto do presente documento examinar a natureza das obrigações *legais* dos países de trânsito relativamente aos países-enclave, tais como emanam de vários tratados bilaterais de Direito do Mar. No entanto, podemos conjecturar que as obrigações impostas aos países de trânsito para garantirem o acesso ao mar dos países encravados são principalmente de natureza passiva, de não intervenção, e são obrigações relativas principalmente ao transporte de bens materiais. A hipótese aqui é que no caso das gerações, a parte da dimensão ativa das obrigações dos países de trânsito é bem mais importante, tanto para os bens materiais como para os imateriais. Podemos distinguir neste contexto as funções de *transporte* (bens materiais) das de *transmissão* (bens imateriais).

Na relação entre um país-enclave e um país de trânsito, ao país de trânsito será por exemplo solicitado a disponibilizar uma via de comunicação, o que obviamente representa um custo. Entretanto, é perfeitamente concebível que os outros custos de transporte, que não estão associados à infraestrutura, continuem a ser suportados pelo país encravado. Este pode adquirir os seus próprios camiões, dispor dos seus próprios motoristas e atravessar com eles o país de trânsito. No caso das gerações, os «motoristas» pertencem necessariamente à geração de trânsito. A parte ativa ligada ao «transporte» deve necessariamente ser suportada pela geração de trânsito, contrariamente ao que sucede com os países-enclave. Além disso, nas gerações, os custos de «transporte» podem ser caracterizados como custos de armazenagem. E uma comparação apurada do ato de transporte com o ato de armazenagem permitiria sem dúvida identificar maiores diferenças entre expectativas de justiça intergeracional e expectativas de justiça global. Mas a partir do momento em que a armazenagem diz respeito a um bem material perecível, é evidente que a armazenagem deve ser pensada em conjunto com as obrigações de conservação. Mesmo para os bens materiais, temos de ir além de um «direito de passagem» temporal. Acrescentemos igualmente que a distinção entre obrigações passivas e ativas não coincide com uma distinção entre menor esforço e maior esforço. Os custos de oportunidade de uma obrigação de não fazer – p. ex., quando há monumentos, cemitérios, etc., que ocupam um espaço que poderia ser dedicado a outras atividades – podem ser tão elevados como os que estão associados a certas obrigações de fazer. Para dar um exemplo de outro domínio, por vezes custamos mais ficar calados do que falar.

Não se trata apenas de transportar/armazenar os bens materiais, mas também de transmitir tecnologia, uma cultura, conteúdos educacionais nos mais diversos formatos. Ora este é um aspeto fundamental por uma série de razões.

Em primeiro lugar, porque se existem obrigações de fazer no caso da transmissão de bens materiais, estas obrigações são ainda mais significativas no caso de se tratar de bens imateriais. Em seguida, porque a transmissão (de conhecimentos) pode funcionar como substituto da armazenagem (de bens materiais). Em vez de armazenar fisicamente um artefacto podemos, pela via da transmissão do conhecimento, assegurar a sua reprodução ulterior. Em vez de congelar, p. ex., estátuas de gelo durante décadas, podemos garantir a sua reprodutibilidade (e a sua renovação) ao ensinarmos às novas gerações como se esculpe em gelo. Podemos então transmitir as «instruções», a capacidade de as ler e a de as executar, em vez de investir nos custos de armazenagem do bem material. Além disso, podemos igualmente defender a ideia de que a tecnologia assume um lugar cada vez mais relevante no que é/deve ser transmitido ao longo da história, devido ao seu próprio desenvolvimento, mas também devido ao esgotamento progressivo dos recursos naturais não renováveis, que devem ser substituídos cada vez mais por recursos imateriais. Por fim, a transmissão não é um mero substituto da armazenagem. Afeta outras coisas além da produção de bens materiais. A transmissão de uma cultura permite, p. ex., entender a lógica das instituições incumbidas da gestão das relações entre as pessoas que constituem uma sociedade. E carrega o conjunto da nossa ligação ao mundo. Esta dimensão, ausente das preocupações do Direito do Mar, quando este aborda o problema dos países-enclave, é fundamental para a justiça intergeracional.

16. Note-se, nesta fase, que uma teoria lockeana – para retomar o mesmo exemplo – tenderá, em algumas das suas versões, a tratar os bens culturais e naturais distintamente, sendo que as obrigações lockeanas se concentram sobretudo nos últimos, enquanto os bens culturais constituem uma grande fatia do valor dos nossos «haveres». Por outro lado, e este é um aspeto que não é totalmente independente do primeiro ponto, esta tenderá a centrar-se mais nas obrigações passivas (tipicamente «deixar o planeta intacto para as gerações futuras»); no entanto, colocar a tónica na nossa dependência geracional permite-nos insistir no facto de que as nossas obrigações de fazer são determinantes, sobretudo para a transmissão do nosso património imaterial. Em geral, uma teoria da justiça, que tende a não ultrapassar obrigações de não fazer, terá dificuldades em propor uma teoria da justiça intergeracional convincente. Note-se igualmente que uma teoria de Justiça, que conceda um espaço importante à incerteza, deveria ter em consideração o facto de que esta dependência intergeracional gera o risco que um património pacientemente acumulado ao longo do tempo possa ser destruído, devido à negligência de uma geração intermediária futura, o que pode constituir uma das justificações para uma taxa de atualização não nula.

17. A nossa dependência das gerações intermediárias futuras para a transferência de bens e a transmissão do nosso património tecnológico e cultural às gerações mais afastadas requer uma definição das obrigações das gerações de trânsito, que todos nós somos. Mas esta dependência pode dar azo a uma segunda estratégia, mais concretamente uma estratégia de *rigidificação*, que visa reduzir a margem de manobra das gerações intermediárias e tentar garantir um pouco mais o respeito de certos princípios ou de certos bens.

As estratégias de rigidificação podem assumir diferentes formas: uma geração pode desejar conceder um regime especial a determinadas regras do Direito (constitucionalização), garantir uma rigidez especial a certos edifícios «físicos» (arquitetura), reduzir a reversibilidade do modo de armazenagem de resíduos nucleares, ou mesmo – mais radicalmente – fazer desaparecer «para sempre» certas ameaças (ex.: supressão de uma estirpe viral). A rigidificação pode também servir objetivos malignos ou ser simplesmente a aliada das negligências de uma geração, como nos casos das bombas-relógio, no sentido literal (engenhos explosivos) e no sentido figurativo, bombas que fabricamos em vida, dificultando por vezes deliberadamente a sua desmontagem pelas gerações intermediárias. As dificuldades de desminagem no caso das minas antipessoais são um exemplo que fala por si.

Não querendo entrar em detalhes, ainda assim cumpre referir que este tipo de estratégia de rigidificação não tem verdadeiramente um equivalente no Direito Internacional no caso dos países-enclave, pois que a multilateralização é apenas uma aproximação. Gostaríamos igualmente de salientar os limites dessa mesma estratégia: rigidificar uma regra através da sua constitucionalização não a protege, p. ex., de uma alteração revolucionária da constituição. Mas aquilo que nos interessa acima de tudo é identificar a natureza da dificuldade que tal estratégia de rigidificação coloca. E aí, a comparação com as nações é perfeitamente adequada, uma vez que o problema pode efetivamente ser analisado como um problema de *soberania*, neste caso geracional. Exploramos alhures este diagnóstico e examinámos a possibilidade de defender semelhante estratégia.

18. Em suma, esta abordagem centrada na comparação com os países-enclave permitiu-nos colocar em destaque dois aspetos, duas diferenças muito significativas entre nações e gerações. Em primeiro lugar, a nossa dependência relativamente aos nossos sucessores para a transmissão de elementos patrimoniais que nos são caros, em particular da sua vertente imaterial, que nos fez colocar a tónica nas obrigações de fazer, que recaem sobre cada geração de

trânsito, e que são muito mais ténues no caso de territórios de trânsito. Qualquer teoria da justiça entre gerações deve, ao definir a sua métrica, ter este aspeto em consideração. Em seguida, referimos as estratégias de rigidificação que uma geração pode aplicar para diminuir a sua dependência, um elemento que também não está presente na mesma medida no caso das nações.

### 3. Passagem do tempo e assimetria das vulnerabilidades mútuas

19. As duas secções anteriores trataram, cada uma a seu modo, das consequências dos limites à mobilidade temporal das pessoas e à transmissibilidade temporal dos bens. Manteremos a mesma linha na presente secção, mesmo se adotarmos um ângulo e uma analogia espacial distintos. Na primeira secção concentrámo-nos no *consumo* extraperiódico dos bens, na segunda na *transmissão* extraperiódica desses mesmos bens. A terceira secção dedicar-se-á igualmente à transmissão dos bens (e dos males), desta feita já não sob o ângulo da nossa dependência das gerações intermediárias, mas antes salientando as consequências que a nossa incapacidade de transmitir bens retroativamente tem sobre uma teoria da justiça e sobre uma teoria da democracia.

A analogia mais adequada é a de um rio. Não é nova<sup>10</sup> e é potencialmente rica. O elemento central desta analogia é evidentemente a direção da corrente. Mas há outros aspetos que também podem ser explorados. Pensemos que ao longo do seu percurso o caudal do rio flutua, com a quantidade de água geralmente em<sup>11</sup> e a variação da velocidade do caudal. Limitar-nos-emos, no entanto, à direção da corrente. De novo, se este fenómeno da unidirecionalidade (ou da não transmissibilidade inversa) está presente em diversos quadros internacionais, nomeadamente no dos rios, é um fenómeno sistemático no caso das gerações, depois de ultrapassado o período de concomitância. Mais adiante veremos que mesmo em comparação com os rios, a unidirecionalidade é mais radical no plano geracional do que no plano fluvial.

20. Antes de iniciarmos o exame das principais questões normativas associadas a esta analogia, eis algumas considerações sobre a estrutura temporal dos custos e benefícios. Uma dada atividade pode gerar ou uma repartição temporal uniforme dos custos e benefícios (distribuição uniforme) ou dos custos concentrados no início com os benefícios distribuídos mais tarde (distribuição a

---

10 Barry (1977).

11 O meu bem-haja a Chloé Castagnet por ter chamado a minha atenção para este ponto.



montante), ou ainda dos benefícios no imediato com os custos deslocados para o futuro (distribuição a jusante). A título de ilustração, pensemos respetivamente na elaboração de uma constituição que beneficia tanto a geração atual como as futuras sem custos de adoção da constituição significativos, em investigações farmacêuticas a longo prazo que só terão resultados após várias décadas ou em centrais nucleares, cuja atividade está limitada a algumas décadas, mas cujos resíduos permanecerão durante muito mais tempo.

A ideia a reter é então a seguinte: se insistirmos no facto que um contexto unidirecional gera uma estrutura de *poder* assimétrica em que o ator a montante tem mais *poder* do que o ator a jusante e não o inverso, isto nem sempre se coaduna com um distribuição dos *custos* e *benefícios*, em que os benefícios estão concentrados a montante e os custos a jusante. A hipótese, a debater obviamente, segundo a qual historicamente estamos hoje numa situação mais vantajosa do que há mil anos ilustra este ponto. Os defensores desta hipótese também não iriam concluir que as gerações de há mil anos tinham menos *poder* sobre nós do que vice-versa. Esforçar-nos-emos aliás também por entender a distribuição dos custos *latu sensu*, de modo a integrar os benefícios futuros que uma poluição duradoura pode eventualmente produzir.

21. Feita esta precisão relativa à distinção entre a distribuição dos custos e benefícios de um ato ou omissão e a distribuição intertemporal do poder, salientemos brevemente a importância que a direção da passagem do tempo assume nas teorias da *justiça*. Podemos referi-la, a título de ilustração, para três abordagens muito diferentes da justiça. Consideremos em primeiro lugar uma teoria centrada na reciprocidade indireta. Ela justifica a existência de obrigações para com as gerações seguintes pelo facto de termos recebido algo das gerações anteriores. Para esta teoria, a impossibilidade de reciprocidade direta em benefício das gerações anteriores – impossibilidade que resulta da unidirecionalidade do tempo – é um fator central. Sem uma tal impossibilidade, semelhante lógica seria incapaz de justificar as obrigações para com as gerações seguintes.

Consideremos seguidamente uma teoria centrada na vantagem mútua. A ideia aqui já não é conceber a justiça como uma ausência de transferências líquidas (como é o caso de uma teoria centrada na reciprocidade) mas como a justa distribuição do excedente cooperativo, dos proveitos coletivos que decorrem da cooperação. No espaço das gerações, há claramente um excedente cooperativo. Apoiamo-nos no esforço dos nossos antepassados para construir mais e mais. Mas a dificuldade reside em saber se este benefício pode ser mútuo. Se uma cooperação intergeracional gera benefícios que não podem

ser partilhados porque estão irremediavelmente concentrados nas gerações posteriores, tal coloca em causa não apenas uma justa distribuição desses benefícios, mas, de modo mais radical para os defensores desta lógica, a própria existência de obrigações para com as gerações futuras.

Ora, é esta impossibilidade de as gerações passadas tirarem benefícios, esta não transmissibilidade retroativa dos benefícios que é central também para Rawls, mesmo se nos afastarmos de uma lógica cooperativista de uma vantagem mútua para nos concentrarmos ao invés numa abordagem imparcial. Esta dificuldade traduz-se em diferentes níveis, dos quais apresentamos duas ilustrações. Em primeiro lugar, Rawls abandona o *maximin* para referir a justiça intergeracional, porque afirma que «*it is a natural fact that generations are spread out in time and actual benefits flow only in one direction. This situation is unalterable, and so the question of justice does not arise*»<sup>12</sup>. Não temos espaço suficiente para responder a este problema. Depois, a dificuldade para uma teoria ocupada com a situação dos mais desfavorecidos em justificar uma acumulação está indubitavelmente em parte associada à impossibilidade de benefícios retroativos além da concomitância. Poderíamos achar que as coisas são agora menos claras, porque é a exigência de acumulação que parece fazer com que as primeiras gerações – mais desfavorecidas – se encontrem numa situação menos favorável, do que poderia ser a sua situação em caso de acumulação. Mas isso seria desconhecer do seguinte: adiar o consumo em favor do investimento produtivo não deve necessariamente implicar uma acumulação líquida se os frutos do investimento pudessem ser redistribuídos uniformemente pelo conjunto das gerações envolvidas. E é a impossibilidade de semelhante redistribuição que faz com que não possamos aumentar o bolo intergeracional sem que as gerações precedentes se tornem mais desfavorecidas do que a nossa, e mais desfavorecidas do que teriam sido se não tivessem participado no esforço de investimento intergeracional.

22. Como podemos ver, a questão da unidirecionalidade do tempo é determinante para uma série de teorias da justiça. Podemos mesmo formular a hipótese, segundo a qual a unidirecionalidade tem um impacto no conjunto destas teorias. No entanto, gostaríamos de nos debruçar, mantendo a analogia fluvial, no impacto desta unidirecionalidade numa teoria da democracia, em particular numa dimensão, limitada mas importante, de uma tal teoria: a concessão do direito de voto e a determinação do seu peso. De que modo podemos conceber o peso do voto de cada geração?

---

12 Rawls (1971/1999: 254).

Se considerarmos a ideia da soberania geracional, tal como promovida por Jefferson, cada geração deveria em princípio ter plenos poderes sobre as políticas que as afetam. Num mundo em que as escolhas de uma geração não tivessem impacto nas condições de existência da seguinte, poderíamos sem dúvida satisfazer-nos com esta abordagem. Nesse mundo, sem externalidades intergeracionais e em que cada geração viria ao mundo trazida por cegonhas, a própria ideia de uma rigidez constitucional, que pretendesse prolongar-se além da geração constituinte, seria de difícil justificação. Mas o nosso mundo é rico em externalidades territoriais, fluviais ou intergeracionais. Se uma nação ribeirinha a montante polui o rio, a nação ribeirinha a jusante sofrerá as consequências desse ato. O mesmo se aplica às gerações. Num mundo anárquico, a distribuição do poder efetivo e das vulnerabilidades entre gerações é então a seguinte: a geração a montante tem mais poder sobre a geração a jusante que o inverso; a vulnerabilidade da geração a jusante relativamente à geração a montante é maior do que a inversa.

Como é que podemos apreender esta assimetria de poder de facto e tentar tê-la em conta na determinação do peso do voto que *deveria* ser atribuído a cada nação ribeirinha ou a cada geração sucessiva num regime que se pretende o mais democrático possível? Na literatura recente consagrada à definição do *demos* – i.e., o grupo de pessoas a quem lhe é reconhecido o direito de voto relativamente a um determinado problema – um dos critérios propostos é o «*all affected principle*»<sup>13</sup>. A ideia é que a minha inclusão no *demos* não deve ser determinada, p. ex., em função da existência e da grandeza do contributo de uma pessoa à coletividade (dentro do espírito «*no tax, no vote*»). Deve antes ser determinada em função do facto e do grau em que uma pessoa é potencialmente afetada pelas decisões dessa comunidade (dentro do espírito «*no tax without representation*»). Este critério apresenta uma série de dificuldades significativas. Por um lado, o próprio conteúdo da definição e logo a identidade e o modo como os grupos *impactados* serão afetados vão variar em função do grupo incumbido de adotar a decisão. Por outro lado, aquilo que achamos que não é «afetado» requer uma definição. Posto isto, podemos entender a lógica geral do princípio.

23. Uma tradução possível do princípio «*all affected*» consiste em fazer uma leitura proporcional<sup>14</sup>, ultrapassando assim a lógica «*one (wo)man, one vote*». Trata-se de ajustar então o peso do voto ao grau a que as pessoas são poten-

---

13 Ver, p. ex., Goodin (2007).

14 Brighouse e Fleurbaey (2008).

cialmente afetadas. Consideremos sucessivamente dois exemplos, um não fluvial e outro fluvial. De certo modo, a descentralização ou a federalização de um Estado pode ser lida como uma tentativa de traduzir uma leitura proporcional do princípio. Assim, um cidadão do município de Vila Nova de Gaia tem o mesmo peso de voto que um cidadão do município de Reguengos de Monsaraz nas eleições legislativas. Mas nas eleições autárquicas de Gaia, o seu voto tem mais peso do que o do residente de Reguengos, na verdade o residente de Reguengos não tem qualquer palavra a dizer. Podemos justificá-lo com o facto de o residente de Reguengos ser menos afetado (e neste caso pura e simplesmente não ser) pelas decisões locais das autoridades de Gaia, que o próprio residente de Gaia. Obviamente que, neste exemplo territorial clássico, se o residente de Gaia tem mais a dizer em Gaia, o residente de Reguengos tem também mais a dizer em Reguengos. A situação é então simétrica e o poder de voto está repartido de modo discreto (1 ou 0) e não de modo contínuo, o que torna menos visível o carácter proporcional do poder atribuído a cada um dos cidadãos.

Este carácter proporcional torna-se mais visível se considerarmos o estabelecimento de uma autoridade de gestão do rio Douro. Substituamos neste caso Reguengos pelo município do Peso da Régua, que se situa a montante de Vila Nova de Gaia ao longo do mesmo rio. A leitura proporcional da regra supracitada de inclusão no *demos* exigiria que Gaia beneficiasse de garantias particulares relativamente a Peso da Régua num processo multilateral de decisão, através de uma sobreponderação de votos, ou através de um direito de veto para certos tipos de decisões relativas ao rio, p. ex., a qualidade da água ou o do caudal. Com efeito, podemos postular que a capacidade de Peso da Régua de prejudicar Vila Nova de Gaia através das suas decisões é indubitavelmente maior do que o inverso. Mas este exemplo demonstra que a unidirecionalidade é mais forte no mundo das gerações do que no dos rios, porque é possível subir um rio, p. ex., Vila Nova de Gaia poderia assim prejudicar gravemente a economia de Peso da Régua, ao impedir, p. ex., o embarque de turistas que pretendam subir o Douro. O princípio «*all affected*» exigiria então garantias particulares para o Peso da Régua relativamente a decisões sobre a gestão da circulação no Douro, p. ex. Notemos igualmente que Gaia é mais vulnerável às decisões que Peso da Régua adota relativamente à qualidade e ao caudal que o inverso. Por outro lado, a Régua encontra-se numa situação idêntica à de Gaia face a municípios a montante.

24. A leitura proporcional do princípio «*all affected*» tem o mérito de permitir uma leitura unificada de uma série de intuições que podemos ter relativamente às exigências de uma democracia e em particular relativamente à questão da

inclusividade eleitoral de um regime democrático. Permite também reler os direitos das minorias sob este ângulo, o que nos leva a propor um princípio de distribuição do peso de voto entre gerações, tendo em conta o carácter assimétrico da sua vulnerabilidade mútua: sendo uma geração posterior mais suscetível de ser afetada pelas decisões de uma geração anterior do que o inverso, então um regime de decisão coletiva deveria atribuir maior poder às gerações posteriores do que às gerações anteriores.

Podemos agora compreender o alcance da dificuldade colocada pelos modos de decisão que conhecemos, quando estes dizem respeito a políticas de forte conteúdo intergeracional. Na prática, as gerações anteriores adotam sozinhas as suas decisões. Poderíamos pensar que isto coloca um problema, porque o exercício de poder deveria ser repartido de forma *igual* entre gerações anteriores e posteriores, mas isso seria ignorar o carácter agravado do diagnóstico, que a conjugação da unidirecionalidade temporal e da leitura proporcional do princípio da definição do *demos* revela. O poder é de facto exercido exclusivamente pela geração *anterior*, quando deveria ser exercido não de forma igual mas *desigual*, atribuindo maior peso à geração *posterior* sempre que se tratem de decisões com um impacto intergeracional.

25. Vemos agora sob uma nova luz a natureza da assimetria do poder nos processos de decisão intergeracionais, pois verificamos que relativamente às exigências de uma teoria da democracia a situação é pior do que geralmente pensamos. Gostaria de terminar esta secção com um breve exame de duas articulações mais delicadas, que apontam para elementos que tornam eventualmente a geração *anterior* mais vulnerável que a geração posterior, o que atenua o efeito da unidirecionalidade do tempo.

Se consideramos uma geração posterior como estando mais vulnerável às decisões da anterior do que o inverso, devemos igualmente considerar a situação em que a geração posterior é *mais rica* do que a geração anterior. Atribuir mais poder à geração posterior além de ser mais difícil na prática, pode levar a que se atribua mais poder aos mais ricos. Sabemos que a vulnerabilidade de uma pessoa pode ser considerada como uma vulnerabilidade relativamente aos atos de um terceiro. Mas pode também ser avaliada em função dos meios materiais de que dispõe uma pessoa para fazer face a decisões que lhe forem mais desfavoráveis. Uma noção alargada de vulnerabilidade, que tivesse em consideração a acumulação, facilitada pela passagem do tempo, pode pois conduzir-nos a uma leitura muito diferente do princípio «*all affected*» do que aquela que acabámos de propor.

A outra precisão tem que ver com a relação entre, por um lado, a vulnerabilidade de uma geração posterior relativamente às consequências das decisões de uma geração anterior e, por outro lado, a dependência de uma geração anterior relativamente à boa vontade das gerações posteriores, quanto à transmissão do património destinado a todas as gerações vindouras. Também aqui se atenua a assimetria de vulnerabilidade ligada ao carácter unidirecional do tempo. De certo modo, podemos afirmar que a geração anterior tem a «última palavra» sobre o que nos vai transmitir. Mas temos também a «última palavra» sobre o que vamos transmitir, daquilo que desta herdámos. E o que restará da nossa herança após a nossa morte pode não interessar a alguns de entre nós. De novo podemos constatar que a vulnerabilidade não está sistematicamente localizada no futuro.

26. Que concluímos desta terceira secção? Que a unidirecionalidade do tempo determina o carácter assimétrico da vulnerabilidade mútua das gerações. Esta assimetria é fundamental para uma leitura proporcional do «*all affected principle*», cujo objeto é determinar qual o peso de voto a atribuir aos diferentes indivíduos no quadro de um processo democrático de tomada de decisão. Como podemos ver, as diferenças de análise aplicam-se em dois planos: sobre a questão de saber se não temos a tendência de exagerar o âmbito dessa assimetria de vulnerabilidades, especialmente se considerarmos outras fontes de vulnerabilidade, como acabámos de fazer; e sobre as implicações exatas – em termos de democracia e de justiça – de tal assimetria, na medida em que abrange não apenas a nossa vulnerabilidade mútua no espaço intergeracional, mas também sobre a nossa capacidade de gerar benefícios intergeracionais mútuos.

## Conclusão

27. A nossa aventura intergeracional não se assemelha nem a um rio tranquilo nem a um mar de calmaria. Os desafios que enfrentamos são de monta, no plano teórico mas mais ainda no plano prático. A nossa incapacidade de fazer face ao aquecimento global é colossal. E as dificuldades que sentimos em geral em atrasar o esgotamento dos recursos ou em tornar o mundo mais justo também são preocupantes. A filosofia política pode ajudar-nos, ao facilitar uma melhor visão sobre a natureza do que está em causa e ao articular os pressupostos e as implicações das soluções possíveis, atualizando permanentemente as intuições normativas subjacentes. Precisamos também de reinventar novas linguagens, sempre que se verificar necessário, sempre que ficarmos habituados a uma linguagem que já nada diz, sempre que a linguagem que usamos nos impedir de ver o que está realmente perante nós. Poderíamos então exprimir-nos em termos de soberania ou de discriminação para melhor entendermos melhor do que hoje as relações entre gerações. Este é um aspeto importante para a justificação das respostas a dar aos enormes desafios futuros, tanto em termos de *ethos* como de instituições.

É da vontade de retomar a questão intergeracional a partir de uma linguagem nova que nasceu este texto, para melhor entender o implicam que determinadas teorias, que nos são familiares, quanto ao que devemos às gerações futuras. Mostrámos que a nossa mobilidade temporal reduzida, o carácter de enclave das gerações e a direção da passagem do tempo têm, cada um deles, um impacto no conteúdo do que devemos aos nossos herdeiros ou na forma como devíamos conceber democraticamente as nossas instituições. Apresentámos as conclusões específicas, a que conduzia um exame analógico destas três características da questão intergeracional. Colocámos sobretudo a tónica na necessidade de verificarmos se a teoria que favorecemos é capaz de ter em conta as flutuações de um período a outro relativamente aos recursos acessíveis apenas a algumas gerações. Sublinhámos igualmente a necessidade de ter em consideração as obrigações *de fazer* das gerações de trânsito, das quais fazemos parte. Por fim, insistimos no carácter agravado do diagnóstico sobre a distribuição intergeracional do poder nas nossas instituições, à luz da assimetria na nossa vulnerabilidade mútua e de uma leitura proporcional do «*all affected principle*». Estes três pontos específicos tornaram-se particularmente visíveis graças às analogias marítima e fluvial que explorámos. Permitiram-nos fazer uma exploração e uma dramatização a partir de espaços que nos são mais familiares. Evidentemente que é apenas uma modesta pedra num edifício que, recordemos, não se contenta nem com teorias irrealistas nem com ações irrefletidas.

## Referências

- BARRY, B. (1977), «Justice Between Generations», in P. M. S. Hacker and J. Raz (eds.), *Law, Morality and Society*, Oxford: Oxford University Press.
- (1979), «Justice as Reciprocity», in E. Kamenka and A. Eh-Soon Tay (eds.), *Justice*, London, Edward Arnold Publishers, 1979.
- BRIGHOUSE, H. & M. Fleurbaey (2008), «Democracy and Proportionality», *Journal of Political Philosophy*, 18(2): 137-155.
- CRISPINI, N. (1996), *La Trace. Approche de Germaine et Robert Hainard*, Genève: Slatkine, 176 p.
- GOODIN, R. (2007), «Enfranchising All Affected Principles, and Its Alternatives», *Philosophy and Public Affairs*, 35(1): 40-68.
- PAINE, Th. (1796), *Agrarian Justice*.
- PARFIT, D. (1984), *Reasons and Persons*, Oxford: Clarendon Press.
- RAWLS (1971/1999), *A Theory of Justice* (Rev.), Oxford: OUP, 538 p.
- VALLENTYNE, P. & H. Steiner (eds.) (2000), *Left-libertarianism and its Critics: The Contemporary Debate*, Palgrave.